


 PROJETO DE LEI Nº 45/2026.

Dispõe sobre a prevenção e o combate às queimadas durante o período de estiagem no Município de Maratáizes, estabelece penalidades administrativas e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Maratáizes, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e o Executivo sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º

Fica proibida, durante o período oficial de estiagem, a realização de queimadas em áreas urbanas e rurais do Município de Maratáizes para limpeza de terrenos, eliminação de lixo, restos de poda, vegetação, capim, folhas ou qualquer outro material combustível.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às hipóteses de queima controlada da cana-de-açúcar e demais queimadas expressamente autorizadas pela legislação ambiental vigente e pelos órgãos ambientais competentes, desde que realizadas mediante autorização específica, quando exigida, e observadas todas as medidas de segurança, prevenção e controle ambiental.

Art. 2º

Considera-se período oficial de estiagem aquele declarado pela Defesa Civil Municipal, pelo Poder Executivo Municipal ou reconhecido por órgão oficial competente.

Art. 3º

Compete ao Poder Executivo, por meio dos órgãos competentes, fiscalizar o cumprimento desta Lei, podendo atuar em conjunto com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar, órgãos ambientais e demais instituições públicas.

Art. 4º

O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades administrativas, sem prejuízo das sanções criminais previstas na legislação vigente.



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade>
 com o identificador 8100380035603600360036003A005000, Documento assinado digitalmente
 conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
 Brasil.



I – advertência, quando a infração for considerada de menor potencial e não houver reincidência;

II – multa de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentas) VRFMs para pessoa física;

III – multa de 500 (quinhentas) a 2.000 (duas mil) VRFMs para pessoa jurídica;

IV – multa aplicada em dobro em caso de reincidência;

V – obrigação de reparar integralmente os danos ambientais causados.

Art. 5º

Quando a queimada colocar em risco vidas humanas, residências, escolas, unidades de saúde, áreas de preservação ambiental ou exigir o acionamento da Defesa Civil ou do Corpo de Bombeiros Militar, a multa poderá ser aplicada em seu valor máximo, sem prejuízo das demais sanções legais.

Art. 6º

O Município poderá disponibilizar canais oficiais para recebimento de denúncias de queimadas, inclusive por telefone, aplicativo de mensagens, sítio eletrônico ou outros meios digitais.

Art. 7º

O Poder Executivo promoverá campanhas permanentes de conscientização e educação ambiental, especialmente antes e durante o período de estiagem, visando orientar a população sobre os riscos das queimadas e as penalidades previstas nesta Lei.

Art. 8º

Os valores arrecadados com as multas previstas nesta Lei serão destinados, preferencialmente, às ações de educação ambiental, prevenção e combate a incêndios, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento das atividades da Defesa Civil Municipal, observada a legislação orçamentária vigente.

Art. 9º

O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 10.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Justificativa

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores;

O presente Projeto de Lei tem por finalidade prevenir e combater as queimadas durante o período de estiagem no Município de Marataízes, protegendo a população, o meio ambiente, o patrimônio público e privado e reduzindo os riscos de incêndios de grandes proporções.

Nos períodos de seca, a vegetação torna-se altamente inflamável, aumentando significativamente a ocorrência de incêndios que causam prejuízos ambientais, econômicos e sociais, além de comprometerem a qualidade do ar e agravarem doenças respiratórias, especialmente em crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas.

A proposta busca fortalecer as ações preventivas do Município, estabelecer penalidades administrativas para coibir práticas irregulares e incentivar a conscientização da população quanto aos riscos provocados pelo uso indiscriminado do fogo.

O projeto respeita a legislação ambiental vigente ao prever exceção para a queima controlada da cana-de-açúcar e outras hipóteses legalmente autorizadas pelos órgãos competentes, desde que observadas todas as exigências legais e ambientais.

Diante da relevância da matéria para a proteção da vida, da saúde pública e do meio ambiente, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Vereadores, esperando sua aprovação.

Marataízes-ES, 03 de agosto de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRICIO PEREIRA MARVILA
Data: 03/08/2026 13:15:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pedricio Pereira Marvila
Vereador CMM



Autenticar documento em <https://marataizes.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310038003500360036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

